

Ainda não será no próximo ano que deverá ocorrer a retomada do crescimento

Economistas: más perspectivas para 91

985

LÉA CRISTINA e MARIZA LOUVEN

A inflação tende a cair no primeiro semestre, mas corre o risco de voltar a crescer em seguida. A retomada do crescimento não deve ocorrer ainda em 1991, que, provavelmente, terá seus primeiros meses marcados pelo aprofundamento da recessão. É dificilmente o Governo conseguirá fechar um acordo da dívida nos termos da proposta feita aos bancos privados. Este é o cenário que a maioria dos economistas ouvidos pelo GLOBO está traçando para o último ano da década de 80. De básico, a necessidade de manutenção da política monetária e de um maior aperto na política fiscal, sob pena de o Governo

perder o controle da situação.

De maneira geral, os economistas acreditam que o aprofundamento da recessão vai acontecer logo no início do ano, em função do desaquecimento das vendas e a consequente paralisação da produção, levando as empresas a aumentarem o número de demissões e também os pedidos de concordatas. Mas o Deputado federal César Maia (PDT-RJ) acha que o fundo do poço virá um pouquinho mais tarde: acentuando que a onda de concordatas em curso serve para provocar uma disponibilidade do dinheiro que circula informalmente (já que os atrasos acabam se constituindo em meios de pagamento), ele estima que a recessão se apro-

fundará apenas no segundo trimestre.

O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e consultor da ONU e da Cepal Reinaldo Gonçalves chega a afirmar que "o quadro que se delineia para o ano que vem é o do pior dos mundos". E o Diretor do Instituto de Economia Industrial (IEI) da UFRJ, Aloísio Teixeira, afirma que em termos de política econômica de curto prazo a prática recessiva é inútil:

— Para que surtisse algum efeito em termos de demanda, teria que ser tão violenta que se inviabilizaria, social e politicamente, antes de atingir seu objetivo.

Ainda sobre a inflação, o ex-Ministro da Fazenda e do Planejamento Mário Henrique Simonsen lembra que nada garante que a economia esteja livre de novos choques como o agrícola (a próxima safra não é das melhores) e o do petróleo. E o economista e Diretor do Banco Marka, Francisco de Assis Moura de Mello, diz que para a inflação cair é preciso que a economia absorva os recentes choques do petróleo, cambial, agrícola e dos subsídios, de forma que uns preços subam mais e outros menos. Neste sentido, ele é totalmente contrário a qualquer idéia de prefixação ou indexação, já que isso igualaria os aumentos de preços, impedindo que os preços relativos se acomodassem em patama-

res a serem estabelecidos por estes choques.

O Diretor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Julian Chacel, afirma por sua vez que não adianta o Governo ficar dizendo que a questão da inflação está na cultura inflacionária do público e na ganância dos empresários.

— É uma questão de confiança no valor da moeda — diz, acrescentando que o problema será equacionado apenas quando a sociedade tiver consciência plena de que os governantes, em todos os níveis, atuam no sentido do equilíbrio das contas públicas.

Em relação à questão da dívida externa, há grandes divergências entre os economistas. A professora Maria da

Conceição Tavares, o Deputado César Maia e o professor Aloísio Teixeira defendem com veemência a proposta apresentada inicialmente pela equipe econômica, que condiciona os pagamentos à obtenção de superávits fiscais. Mas o ex-Ministro Simonsen, que também é conselheiro do Citicorp — maior credor do Brasil — alerta que o Brasil só conseguirá uma redução de dívida equivalente às que foram obtidas recentemente por México e Venezuela: ele não acredita na evolução das negociações nos termos da proposta original. E o Senador e ex-Ministro Roberto Campos diz que esta proposta peca por "irrealismo econômico". Por isso, opina que o Brasil acabará cedendo.

As perspectivas dos economistas para 1991

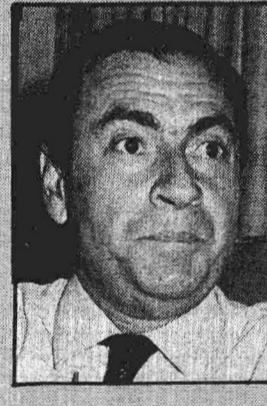
A INFLAÇÃO CAIRÁ A NÍVEIS ACEITÁVEIS?

Aloísio Teixeira, Diretor do Instituto de Economia Industrial (IEI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)



Acho que a tendência da inflação é permanecer alta e instável. As taxas até devem cair no início do ano, mas por efeito de estoques: como não houve o pique de vendas esperado para o fim do ano, há um excesso de estoques, que vai forçar uma certa estabilidade de preços ou até queda. Só que, queimados estes estoques, as taxas retomam o crescimento porque os fatores estruturais e conjunturais relacionados às expectativas inflacionárias ainda não foram resolvidos: as expectativas continuam sendo formadas pelo estoque das dívidas externa e interna.

César Maia, Deputado federal (PDT)



A minha previsão é que a inflação cai, no primeiro semestre, para um nível de 10%. Agora, não há como prever o que acontecerá no segundo semestre, quando os cruzados novos terão que ser devolvidos, quando o superávit fiscal é sempre mais difícil de ser conseguido, quando a produção agrícola entrar na entressafra e quando a questão da dívida externa já terá que ter tido uma solução ou uma ruptura definitiva. Se o Governo não aproveitar bem o primeiro semestre, encontrará muitas dificuldades no segundo. Até lá, terá que ter estabelecido uma base de sustentação política.

Francisco de Assis Moura de Mello, Diretor do Banco Marka



A inflação deve cair, a partir do início do ano, mas o problema ainda permanecerá. Para que a inflação caia, no curto prazo, é preciso que a economia absorva os choques do petróleo e do câmbio, o choque agrícola e os subsídios. Além disso, que assimile a mudança de preços relativos, de forma a que alguns preços subam mais e outros menos. Derrubar a inflação, definitivamente, é uma tarefa gigantesca que depende do saneamento do setor público; de um ambiente propício à busca de produtividade e de regras favoráveis aos empreendimentos; e confiança no futuro do País. O combate à inflação é uma tarefa de anos.

Julian Chacel, Diretor do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV)



O que se pode vislumbrar hoje é uma queda no ritmo de alta de preços, no primeiro trimestre. Mas se a inflação mostrará tendência de queda, ainda não se sabe. A questão está na política monetária austera. E também na fiscal. Em nível federal, deveria haver um corte mais efetivo nos gastos públicos. E há problemas quanto à repartição das rendas tributárias entre União, Estados e municípios, já que os encargos não foram divididos. Não adianta ficar dizendo que a questão está na cultura inflacionária do público e na ganância dos empresários. A questão está na confiança no valor da moeda, que só será restabelecida quando a sociedade tiver consciência plena de que os governantes, em todos os níveis, atuam no sentido do equilíbrio das contas públicas.

A ECONOMIA VOLTARÁ A CRESCER?

O GOVERNO FECHARÁ UM ACORDO FAVORÁVEL DA DÍVIDA EXTERNA?

Mário Henrique Simonsen, ex-Ministro da Fazenda e do Planejamento



O nível da recessão depende de dois fatores. Em primeiro lugar, da determinação do Governo em promover uma recessão inútil. Sim, porque em termos de política econômica de curto prazo, ela é inútil: para que surtisse algum efeito em nível de demanda, teria que ser tão violenta que se inviabilizaria, social e politicamente, antes de atingir seu objetivo. Além disso, existe a questão da desaceleração da atividade econômica nos Estados Unidos: se a recessão por lá se confirmar, o nível da recessão daqui será imprevisível. Não há como pensar em voltar a crescer.

O País não voltará a crescer em 1991. No primeiro trimestre, a recessão se aprofundará, mas não tanto quanto muitos imaginam: as concordatas causam um movimento de produção de dinheiro informal, já que os atrasos se constituem em meios de pagamento. E ela só vai ser maior por parte de alguns empresários — como os setores de eletrônicos, da construção civil e do automobilístico — que estão se antecipando aos fatos com demissões ou plano de redução de pessoal a curto prazo. Acho que o pior virá no segundo semestre.

Também o fechamento de um acordo favorável da dívida depende de que o Governo consiga estabelecer uma confiança no futuro do País.

Tal como está, acho difícil o País conseguir fechar um acordo favorável. Por isso, é importante voltar a ter o saldo da balança de comércio como parâmetro, e não as contas públicas. Para nós, a postura do Brasil é um fenômeno isolado. Para os banqueiros, não: se insere dentro de um programa mais amplo. E sem acordo com os banqueiros, as agências internacionais de cooperação econômica não vão colaborar com o Brasil. Isso é evidente.

A INFLAÇÃO CAIRÁ A NÍVEIS ACEITÁVEIS?

A ECONOMIA VOLTARÁ A CRESCER?

O GOVERNO FECHARÁ UM ACORDO FAVORÁVEL DA DÍVIDA EXTERNA?



Há uma tendência de queda da inflação, mas ela só será permanente se o Governo conseguir equilibrar o orçamento e manter a política monetária aberta. A velocidade da queda dependerá, porém, da imunidade da economia aos choques cambial, agrícola e de preços externos. E nada garante que a economia está livre de um desses choques: a previsão para a próxima safra agrícola não é das melhores, os reajustes cambiais terão que ser determinados pelo balanço de pagamentos (de que dependerá dos saldos comerciais e de quanto o Brasil se disporá a pagar aos credores internacionais) e os preços do petróleo são uma incógnita.

Maria da Conceição Tavares, professora do Instituto de Economia Industrial da UFRJ



O ano de 1991 será marcado por uma luta de cabra cega, entre inflação e recessão. Mas não é através da política de terra arrasada que está sendo praticada, que o Governo conseguirá garantir a queda da inflação. A inflação é uma doença, que revela o impasse estrutural que vivemos, mantido pela falta de um projeto de ajuste econômico de longo prazo. Por isso é que, embora possa haver uma queda dos índices mensais de inflação para 12%, 15% nos próximos meses, não significará uma tendência permanente.

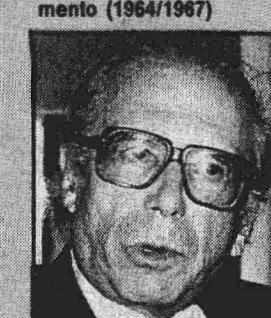
Reinaldo Gonçalves, professor da UFRJ e consultor da ONU e da Cepal



O aprofundamento da recessão só terá impacto significativo sobre a inflação no longo prazo. Vamos conviver ainda com taxas de 15% a 20% no mês, o que significa conviver, em 1991, com inflação ainda alta e aprofundamento da recessão. Ou seja, acho que o quadro que se delineia para o ano que vem é o pior dos mundos.

Há sinais claros de que estamos descendo a la-deira, e muito rapidamente, externamente, em termos de balanço de pagamentos e tecnologia: 25% das exportações dependem dos EUA, por exemplo; precisamos ter um saldo comercial alto porque amanha grande déficit na conta de serviços, já que as remessas de lucros e dividendos feitas ao exterior são superiores a US\$ 2 bilhões por ano, fora o pagamento dos juros. Além disso, se compromete a mudar o código de propriedade intelectual e abrir o setor de serviços. E um terço das indústrias é de capital estrangeiro. O Brasil tem algum poder para negociar um acordo como o do México, o que ainda significaria uma grande pressão sobre o balanço de pagamentos e a inflação.

Roberto Campos, Senador e ex-Ministro do Planejamento (1964/1967)



O custo recessivo será alto por erros cometidos desde o início do programa: a Resolução do Senado esta semana, um misto de realismo econômico e amadorismo de negociação. Nenhum credor acreditava que a inflação seria de 15% a 20% no mês, a regredir, a partir do segundo trimestre, quando começa a safra agrícola. Assim, o nível da inflação pode ser reduzido, mas o equilíbrio não virá necessariamente. Além das políticas monetária e fiscal, há aspectos favoráveis à queda da inflação, como a desregulamentação da economia e a privatização, ainda não devidamente implementados. Mas há aspectos negativos: uma grande desorganização da oferta, resultante do sequestro dos ativos financeiros; uma correção do déficit, feita muito mais pelo lado de impostos, do que pelo corte dos gastos; um esforço fiscal do Governo federal em parte anulado pela explosão de gastos em níveis estadual e municipal.

As negociações ainda devem durar pelo menos seis meses, quando o mais provável é que o Brasil consiga uma redução da dívida nos moldes da obtida por países como o México, Venezuela, Chile e Costa Rica. Mas, para isso, deverá estabelecer um compromisso firme de pagamento dos juros nos próximos anos.

Para o Brasil conseguir fechar um acordo favorável, terá que manter a proposta feita originalmente aos bancos redatores. Espera que não se abandone o projeto de redução da dívida, o único que ainda temos. Se não houver projeto interno e aceitável com o externo, não sobra nada. Na verdade, acho que o equacionamento da questão externa é condição para solucionar o impasse interno.

Para o Brasil conseguir fechar um acordo favorável, terá que manter a proposta feita originalmente aos bancos redatores. Espera que não se abandone o projeto de redução da dívida, o único que ainda temos. Se não houver projeto interno e aceitável com o externo, não sobra nada. Na verdade, acho que o equacionamento da questão externa é condição para solucionar o impasse interno.

Não teremos um acordo favorável. Sobretudo nos termos em que foi votada a Resolução do Senado esta semana, um misto de realismo econômico e amadorismo de negociação. Nenhum credor acreditava que a inflação seria de 15% a 20% no mês, a regredir, a partir do segundo trimestre, quando começa a safra agrícola. Assim, o nível da inflação pode ser reduzido, mas o equilíbrio não virá necessariamente. Além das políticas monetária e fiscal, há aspectos favoráveis à queda da inflação, como a desregulamentação da economia e a privatização, ainda não devidamente implementados. Mas há aspectos negativos: uma grande desorganização da oferta, resultante do sequestro dos ativos financeiros; uma correção do déficit, feita muito mais pelo lado de impostos, do que pelo corte dos gastos; um esforço fiscal do Governo federal em parte anulado pela explosão de gastos em níveis estadual e municipal.

Não teremos um acordo favorável. Sobretudo nos termos em que foi votada a Resolução do Senado esta semana, um misto de realismo econômico e amadorismo de negociação. Nenhum credor acreditava que a inflação seria de 15% a 20% no mês, a regredir, a partir do segundo trimestre, quando começa a safra agrícola. Assim, o nível da inflação pode ser reduzido, mas o equilíbrio não virá necessariamente. Além das políticas monetária e fiscal, há aspectos favoráveis à queda da inflação, como a desregulamentação da economia e a privatização, ainda não devidamente implementados. Mas há aspectos negativos: uma grande desorganização da oferta, resultante do sequestro dos ativos financeiros; uma correção do déficit, feita muito mais pelo lado de impostos, do que pelo corte dos gastos; um esforço fiscal do Governo federal em parte anulado pela explosão de gastos em níveis estadual e municipal.